



INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS EM RISCO

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

O modelo de IES comunitária no Brasil partiu de uma demanda constatada sobre a necessidade da formação de profissionais em nível superior em municípios onde a presença do poder público, neste nível de educação, não tinha a dimensão esperada.

A demanda pela formação superior fez com que a comunidade local se mobilizasse e setores da sociedade se reunissem, independentemente ou com o apoio das prefeituras, para criarem uma nova forma de instituição de ensino superior – a IES comunitária. Ou seja, é sua entidade mantenedora, caracterizada pela forma de criação e sua constituição de caráter comunitário - com a participação de pessoas jurídicas e físicas da comunidade na composição de seus conselhos superiores a que atende, não oriundas da própria Instituição - o maior diferencial das IES comunitárias em relação às demais instituições sem fins lucrativos.

Dependendo de sua origem e da presença, ou não do poder público em sua criação e manutenção, estas organizações, de caráter geralmente fundacional, foram criadas com o caráter público, ou privado.

Recebendo investimentos iniciais, na maioria das vezes de caráter imobiliário, estas instituições contavam, para sua manutenção, com a receita advinda das mensalidades de seus alunos de graduação. Desta forma, ao longo dos anos, os instituidores, representados na mantenedora, não aportavam, ou recebiam mais recursos e a mantida (a IES comunitária) é que, na verdade, mantinha a si própria e à mantenedora, a quem, no entanto, continuava atribuída a responsabilidade legal de zelar pelo cumprimento da missão institucional e pela correção de suas ações, inclusive financeiras e patrimoniais.

Criadas nos moldes das universidades públicas, estas instituições cresceram ao atenderem às demandas locais / regionais, razão de sua própria criação.



No entanto, diferentemente das instituições públicas, elas cresceram sem um orçamento assegurado, com todos os seus recursos de custeio e investimento dependentes, ano a ano, da captação de recursos via mensalidades.

A partir de constituição de 1988 as universidades passaram a sofrer exigências de titulação e regime de tempo integral para seus professores, realizar pesquisa e implantar pós-graduações *stricto sensu* – e as IES comunitárias correram para atender estes requisitos, muitas mesmo sem ser universidade, por valorizar o modelo da universidade de pesquisa e a importância de atendê-los, uma vez que, como já foi dito, elas se inspiraram nas universidades públicas que já tinham esta orientação.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as exigências ocorreram, houve a liberalização para a criação de novas instituições de ensino superior no País. Multiplicaram-se as IES e a oferta de novos cursos. De repente, o aumento nos custos, devido às novas exigências, não era mais coberto por mensalidades, por duas razões: as mensalidades não podiam aumentar para cobrir os novos encargos devido à concorrência agressiva e barata e, em segundo lugar, o número de matrículas sofreu uma redução sensível, novamente devido à concorrência com mensalidades reduzidas (mesmo porque as faculdades não são sujeitas às mesmas exigências).

Sem outros recursos que não o de mensalidades, as universidades comunitárias estão vendo seus balancetes apresentarem resultados que se aproximam rapidamente do vermelho, principalmente pelo impacto das novas políticas na folha de pessoal – dos docentes em particular.

Muitos pagamentos para pesquisa sem resultados concretos, programas de extensão individuais e sem impacto institucional ou social, excessivas divisões de turmas mesmo quando as matrículas diminuem, muitos professores em um tempo integral que não agregam valor concreto às atividades acadêmicas, são gastos que não repercutem em melhorias, mas que oneram o custeio e, portanto, inflacionam as mensalidades escolares.

Medidas simples que qualquer organização faz, como analisar o novo perfil dos seus “usuários” (no caso, estudantes), implantar ações para captar mais alunos e reduzir a evasão, são consideradas “mercantilistas” ou, pior, “neoliberais”. Por essas e por outras razões, medidas de redução de custos são difíceis de tomar nestas instituições.



Seguindo o modelo público, as IES comunitárias têm caráter fortemente colegiado. O modelo colegiado, que tem o mérito de assegurar a participação dos docentes – com suas experiências profissionais - nas decisões institucionais, tende a ser muito conservador quando as mudanças necessárias podem atingir, de alguma forma, benefícios e conquistas deles próprios. Reduções de folha não são bem vistas. Os colegiados padecem de outro mal: embora defendidos pelos princípios democráticos, os colegiados universitários são imobilizados por um veto veemente, mesmo que venha de um só de seus componentes.

Por outro lado, as mantenedoras, em princípio responsáveis em assegurar a saúde institucional, sem recursos para suprir as novas despesas, e reféns da captação pelas suas mantidas, não têm autoridade - nem disposição, geralmente - para enfrentar as dificuldades inerentes à implantação das necessárias contenções. Em muitas instituições a presidência da mantenedora recai na figura do próprio reitor, o que mostra que a comunidade que a criou abriu mão de seu poder de orientação e fiscalização.

Por estas razões, nota-se a ampliação de uma crise no setor das IES comunitárias. Algumas já detectaram o perigo, mas não têm forças para tomar as medidas necessárias para atingir um novo patamar de equilíbrio. Em outras, a crise já se instalou e as mantenedoras, ao invés de assumirem a responsabilidade de intervir para sanear a IES (como acontece com as confessionais) procuram livrar-se do problema, tentando repassar a instituição para outra mantenedora (violando seus objetivos e princípios originais), ou para o poder público, que certamente não terá recursos nem interesse em responsabilizar-se integralmente pelo custeio destas instituições, uma vez que, pela nova constituição, todo o ensino público terá que ser gratuito.

A ameaça que paira sobre as IES comunitárias - modelo original, autônomo, que alicerça suas prioridades nas necessidades regionais, talvez a mais interessante forma de organização no ensino superior brasileiro - é uma ameaça à qualidade do próprio ensino superior brasileiro e será fundamental que alguém se disponha a “colocar o guizo no pescoço do gato”. Talvez seja necessário modificar a estrutura atual e instituir uma nova que se mantenha fiel à missão original. De onde virá o exemplo salvador?